



Conselho das Comunidades Portuguesas
Conselho Permanente

RELATÓRIO

sobre a deslocação a Lisboa de uma
delegação do Conselho Permanente das
Comunidades Portuguesas

(6, 7 e 8 de Maio de 2002)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas (CPCP), no âmbito das competências que lhe estão atribuídas na Lei nº48/96, de 04 de Setembro, decidiu na sua reunião plenária de 01 de Março de 2002, na Assembleia da República, que uma delegação do CPCP se deslocaria a Lisboa, após as eleições legislativas portuguesas.

O objectivo de tal deslocação, prende-se com a necessidade de sensibilizar o novo parlamento eleito para a revisão urgente da Lei 48/96 -- que consagrou o Conselho das Comunidades Portuguesas -- a fim de ser desbloqueada a actual situação de impasse que vive o Conselho, criando-se um quadro de maior rigor e transparência que permita a realização de eleições para o CCP, livres e democráticas, ainda no decurso deste ano.

Ficou igualmente decidido pelo plenário do CPCP, que a referida delegação seria constituída pelos quatro conselheiros da Europa que integram o Conselho Permanente, tendo em conta a necessidade de evitar custos elevados que a deslocação de outros membros do CPCP, residentes fora da Europa, acarretaria ao exíguo orçamento do Conselho Permanente.

Em cumprimento da deliberação do Conselho Permanente, o Presidente do CPCP, conselheiro José Machado (França), o conselheiro Manuel de Melo (Suíça), o conselheiro Fernando Pinhal (Espanha) e o conselheiro Justino Costa (França), deslocaram-se a Lisboa nos dias 6, 7 e 8 de Maio de 2002. Na ocasião, a delegação estabeleceu contactos directos com todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, com o chefe-de-gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. Carlos Correia e com o secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores Consulares (STCDE), Sr. José Veludo.

Anteriormente, na quinta-feira, dia 02 de Maio de 2002, os conselheiros José Machado e Justino Costa, tiveram um encontro na Embaixada de Portugal em Paris com S.E. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário.

À margem dos referidos encontros, estritamente relacionados com a actual situação do CCP, a delegação do Conselho Permanente reuniu-se com S.E. o Ministro da Educação, Dr. David Justino, a fim de serem abordados os assuntos relacionados com o ensino de Português no estrangeiro, entre outros, e com a Dr.^a Patrícia Salvação Barreto, directora do Gabinete de Relações Internacionais (GRI) do Ministério da Cultura, onde foram debatidos os apoios às iniciativas de âmbito cultural realizadas no estrangeiro e as bolsas de estudo atribuídas pelo Ministério da Cultura.

ENCONTRO EM PARIS COM S. E. O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Em tempo oportuno, foi agendado pelo presidente do Conselho Permanente do CCP, conselheiro José Machado, em concordância com S. E. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, um encontro em Lisboa no dia 06 de Maio de 2002, entre a delegação do CPCP e este membro do governo.

Posteriormente, e por indicação do SECP -- com fundamento num imprevisto de última hora a exigir a urgente deslocação deste à Venezuela, que o impediria de se avistar em Lisboa com a delegação do CPCP na data prevista -- e aproveitando a sua deslocação a Paris, realizou-se um encontro nesta cidade, no dia 02 de Maio de 2002, entre o SECP e o presidente do Conselho Permanente.

O encontro teve lugar na Embaixada de Portugal em Paris, tendo ainda participado no mesmo o Embaixador de Portugal em França, Dr. António Monteiro e o conselheiro Justino Costa, membro do Conselho Permanente.

Na ocasião, o presidente José Machado e o conselheiro Justino Costa, expuseram detalhadamente a complexa situação que atravessa actualmente o Conselho das Comunidades Portuguesas bem como as razões que estiveram subjacentes à decisão conjunta de adiamento das eleições para o CCP, decidida pelo ex-secretário de Estado das Comunidades, Dr. João Rui de Almeida e pelo Conselho Permanente.

Os Conselheiros Permanentes fizeram também sentir ao SECP a necessidade premente da Lei 48/96 ser revista ainda antes do final da presente legislatura da Assembleia da República (a terminar em finais de Junho ou princípios de Julho) a fim de ser possível a realização de eleições para o Conselho, ainda este ano.

No âmbito da necessária revisão da Lei orgânica do CCP, os conselheiros José Machado e Justino Costa deram a conhecer ao Dr. José Cesário as linhas orientadoras de alteração à referida Lei, aprovadas pelo Conselho Permanente, em Setembro de 2001, fazendo um apelo para que as mesmas sejam respeitadas no quadro da respectiva revisão legislativa.

Em resposta, o Dr. José Cesário deu a conhecer aos conselheiros uma carta que dirigiu ao presidente do Conselho Permanente, com data de 02 de Maio de 2002, em que manifesta a necessidade de, «*com a maior rapidez possível*», ser superada a situação de impasse a que se chegou após o adiamento das eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas.

Na missiva, o SECP considera o Conselho das Comunidades Portuguesas «*um órgão absolutamente indispensável e que urge valorizar*» para, sob o ponto de vista consultivo, acompanhar a política do Governo dirigida às Comunidades Portuguesas, afirmando ainda que o actual Governo não foge às suas responsabilidades relativamente ao processo de preparação do acto eleitoral para o CCP, pelo que admite a possibilidade de, simultaneamente com a necessária reflexão a efectuar ao nível dos Partidos Políticos

representados na Assembleia da República e após uma ponderada recolha de pareceres ao nível dos actuais membros do Conselho, *«poder avançar com uma iniciativa legislativa»* sobre tal matéria.

O documento consubstancia a forma de consulta aos membros do CCP sobre algumas matérias relacionadas com a orgânica do Conselho, algumas delas já amplamente debatidas e outras constituem questões novas agora trazidas para reflexão.

Dentre as dez questões submetidas à apreciação dos conselheiros pelo SECP, destacamos aquelas que nos parecem, desde já, originar alguma controvérsia e que foram, posteriormente, alvo de uma apreciação conjunta entre a delegação do CPCP e os grupos parlamentares:

- *« A **representatividade** das comunidades dos diversos países deverá ser **definida em termos quantitativos**, como até aqui, ou **qualitativamente**, de acordo com um ordenamento que tenha em consideração a sua importância relativa ? »*
- *« Se a opção for quantitativa, deveremos tomar por base de trabalho as **estimativas** da Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, as **inscrições consulares** ou o **recenseamento eleitoral** ? »*
- *« O **universo eleitoral** deverá corresponder ao dos inscritos nos consulados ou aos do recenseamento eleitoral ? »*
- *« Para além dos membros eleitos directamente pelas Comunidades, deverão fazer parte do Conselho, sem direito a voto, representantes do **movimento associativo**, dos **luso-descendentes**, da **comunicação social especializada** e **personalidades indicadas pelos Partidos Políticos com representação parlamentar e pelo Governo** ? »*
- *« Deverá existir algum tipo de **incompatibilidade** entre o direito de ser eleito para o Conselho e a qualidade de funcionário público do Estado Português em exercício de funções em organismos que tenham acção directa junto das próprias Comunidades ? ».*

Por último, o Secretário de Estado das Comunidades deu a conhecer que o prazo para o envio de respostas por parte dos conselheiros seria de 30 dias, facto que levou os membros do CPCP a sugerirem a redução do mesmo, tendo em conta os *timings* para apresentação de alteração da Lei na Assembleia da República.

ENCONTRO COM O SECRETÁRIO GERAL DO STCDE

No dia 07 de Maio, pelas 09h30, antes dos encontros com os grupos parlamentares, a delegação do Conselho Permanente reuniu-se no Hotel Berna, com o secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores Consulares (STCDE), senhor José Veludo.

O Conselho pretendeu recolher a opinião deste responsável, particularmente sobre aquilo que pensam os trabalhadores dos Consulados e Embaixadas acerca da actualização dos ficheiros consulares.

Foi dito pelo mesmo que as representações consulares portuguesas se debateram com sérias dificuldades na elaboração dos cadernos eleitorais, durante a última tentativa de actualização das inscrições consulares, adiantando que os cadernos não conferiam rigor, e que é do seu conhecimento que não houve uma uniformidade de critérios, por parte dos postos consulares, na elaboração dos cadernos eleitorais.

Questionado sobre os prazos e meios necessários para a actualização rigorosa dos inscritos nos Consulados, este responsável reconheceu serem necessários entre 2 a 3 anos e um considerável reforço dos meios humanos dos Consulados para se conseguir essa actualização, correndo-se sempre o risco dos cadernos não corresponderem, com fidelidade, aos portugueses com legitimidade para participarem no acto eleitoral, dando como exemplo o facto de qualquer cidadão nacional em trânsito num país estrangeiro, ficar sujeito, obrigatoriamente, a inscrever-se no Consulado de Portugal se vier a necessitar, por qualquer motivo, de protecção consular.

ENCONTROS COM OS GRUPOS PARLAMENTARES

O principal objectivo da delegação do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas, na sua deslocação a Lisboa, era encontrar-se com os representantes de todos os Partidos Políticos com assento na Assembleia da República, a fim de sensibilizar os deputados para a revisão urgente da Lei que criou o CCP e de reiterar, mais uma vez, para que a alteração legislativa assente em critérios de justiça, rigor e transparência, que não permitam levantar quaisquer suspeitas e ajudem à credibilização do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Antes dos encontros com os grupos parlamentares, os membros da delegação do Conselho Permanente tiveram oportunidade de analisar em conjunto o documento apresentado pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e de adoptar a metodologia a seguir nos referidos encontros.

No início de cada encontro e logo após a habitual apresentação de cumprimentos e de agradecimento pela respectiva audiência e apresentação dos membros da delegação, o presidente do CPCP, José Machado explicou as razões que conduziram à actual situação de impasse do Conselho das Comunidades e à necessidade da revisão urgente da Lei orgânica do CCP, ainda antes do final da presente legislatura, de forma a permitir a realização de eleições para o Conselho durante o corrente ano.

De seguida, o conselheiro Manuel de Melo apresentou as linhas-mestras da proposta de alteração à Lei 48/96, aprovada pelo Conselho Permanente, realçando a importância de três aspectos considerados nucleares para o futuro do Conselho:

- O Universo eleitoral deverá corresponder aos eleitores inscritos nos cadernos de recenseamento eleitoral para as eleições legislativas e para o Presidente da República;
- A representatividade das diversas comunidades deverá ser proporcional ao número de eleitores em cada círculo eleitoral, havendo a preocupação de garantir a representação das comunidades menos numerosas, mas nunca desvirtuando o factor proporcionalidade;
- Proporcionar uma maior aproximação entre eleitores e eleitos, definindo os círculos eleitorais por círculos de recenseamento eleitoral ou por área consular.

Por último, os conselheiros apresentaram argumentos complementares e confrontaram os parlamentares com o documento submetido à consulta dos conselheiros por S.E. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, aproveitando a ocasião para exporem os seus pontos de vista, particularmente no que respeita às matérias mais controversas avançadas no referido documento e já mencionadas anteriormente.

Em todos os encontros foi apresentada pela delegação do CPCP a actual situação crítica em torno da Casa de Portugal "André de Gouveia", em Paris, depois da anunciada retirada da Fundação Calouste Gulbenkian, prevista para o final do ano, que até aqui custeava as despesas de manutenção da referida estrutura. Os conselheiros apelaram sistematicamente para a intervenção imediata do Estado português em prol da manutenção da Casa de Portugal "André de Gouveia".

Encontro com o grupo parlamentar do Partido Socialista (PS)

O primeiro contacto parlamentar foi com os representantes do Partido Socialista, que se fez representar pelo vice-presidente do grupo, deputado Vera Jardim, e pelos deputados Vitor Ramalho e Carlos Luís.

O senhor deputado Vera Jardim agradeceu a presença dos conselheiros e fez notar que o deputado Carlos Luís era quem estava em melhores condições de abordar as questões relacionados com o Conselho das Comunidades portuguesas, pois foi este parlamentar que acompanhou, por parte do PS, toda a evolução do Conselho.

Por seu lado, o senhor deputado Carlos Luís destacou o facto do Partido Socialista ter já apresentado, logo no início da presente legislatura, um projecto de lei de alteração à Lei 48/96, que criou o Conselho das Comunidades e que o mesmo procurou respeitar, dentro do possível, as linhas de orientação aprovadas pelo Conselho Permanente. No entanto, este parlamentar afirmou que «o PS está disposto a introduzir na referida

proposta as alterações que o Conselho Permanente entenda convenientes, no sentido de melhorar o projecto em questão».

Quanto ao documento apresentado por S.E. o Secretário de Estado das Comunidades, o Partido Socialista colocou algumas reservas, particularmente quanto à possibilidade dos conselheiros virem a ser eleitos com base em critérios qualitativos e do universo eleitoral não corresponder aos cadernos de recenseamento eleitoral. Anuência negativa teve igualmente o facto do Conselho poder vir a ser constituído, em parte, por membros designados por grupos sócio-económicos e a impossibilidade dos funcionários não poderem ser candidatos às eleições do CCP.

Por último, o grupo parlamentar do Partido Socialista manifestou inteira disponibilidade para, em conjunto com as outras forças políticas procurar uma solução de consenso, por forma a viabilizar a realização de eleições para o Conselho ainda este ano, alertando contudo os conselheiros para o facto de que « *os números, agora na Assembleia mudaram* », deixando antever que poderão surgir dificuldades na procura de uma solução consensual.

Encontro com o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda (BE)

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda fez-se representar pelo senhor deputado Luís Fazenda, que se fez acompanhar por uma assessora jurídica.

Aos argumentos e apelos dos conselheiros do CCP, este parlamentar afirmou que o Bloco tem vindo a acompanhar de perto a evolução da situação do Conselho e que urge ultrapassar o impasse que se vive actualmente.

O parlamentar mostrou-se surpreendido pela existência de um projecto de alteração à lei apresentado pelo PS. Segundo o senhor deputado Luís Fazenda, teria havido até hoje uma plataforma de consenso em volta do Conselho das Comunidades, por parte dos parlamentares dos diversos Partidos, ou seja ele próprio, o senhor deputado Carlos Luís (PS), a senhora deputada Manuela Aguiar (PSD) e o senhor deputado Rodeia Machado (PCP).

O parlamentar do Bloco de Esquerda considerou importante que esta plataforma de consenso se mantivesse, assegurando que iria encetar contactos, de imediato, com os restantes grupos parlamentares com o intuito de se iniciar rapidamente o processo de revisão de alteração da Lei, afirmando que a mesma terá de ser submetida ao parlamento, o mais tardar até ao dia 15 de Junho, se se pretende a realização de eleições ainda este ano.

Quanto ao documento de consulta apresentado pelo SECP, o senhor deputado Luís Fazenda mostrou alguma estranheza em relação a algumas questões que o documento coloca, preferindo, no entanto, privilegiar os contactos com os restantes grupos parlamentares no sentido de se desbloquear a situação.

Encontro com o grupo parlamentar do Partido Comunista (PCP)

Em representação do grupo parlamentar do PCP estiveram os senhores deputados Bernardino Soares (presidente) e Luísa Mesquita, responsável deste Partido para as questões das Comunidades Portuguesas.

Os parlamentares reconheceram a necessidade urgente de se avançar com uma proposta de alteração à Lei orgânica do Conselho no sentido de se viabilizarem as eleições para este órgão consultivo do Governo.

Na ocasião, a senhora deputada Luísa Mesquita deu a conhecer aos conselheiros que o PCP já tinha elaborado uma nova proposta de revisão da Lei, solicitando aos membros da delegação do CPCP a opinião que os mesmos tinham sobre a mesma. Os conselheiros disseram desconhecer tal proposta, apesar da senhora deputada afirmar que a mesma tinha sido enviada a todos os conselheiros !

No que se refere ao documento de consulta elaborado pelo SECP, o grupo parlamentar do PCP mostrou igualmente estranheza por algumas questões aí levantadas, prometendo confrontar o senhor Secretário de Estado das Comunidades com as mesmas.

Encontro com o grupo parlamentar do CDS-PP

Em representação do CDS-PP esteve o senhor deputado Basílio Horta, presidente do grupo parlamentar e o senhor deputado Acílio Gala, que consideraram o Conselho das Comunidades um elemento essencial para o país e que o mesmo deverá ser representativo e independente, devendo ser um interlocutor forte e responsável.

O senhor deputado Basílio Horta afirmou que o CDS-PP poderia representar um papel importante na resolução do problema que afecta o Conselho, uma vez que também está no Governo e poderá desempenhar aqui um papel de *pivot* na busca de uma solução consensual com os outros Partidos, mostrando disponibilidade do CDS-PP para avançar conjuntamente com o PSD, com uma proposta de solução de consenso entre todas as forças políticas, respeitando as exigências de transparência das regras da eleição e representatividade do Conselho.

O presidente do grupo parlamentar do CDS-PP adiantou também que no próximo dia 16 de Maio, na reunião da Comissão parlamentar dos Negócios Estrangeiros e Política Externa, onde estará presente o senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, a questão do Conselho iria ser submetida à apreciação.

Os parlamentares do CDS-PP não teceram quaisquer comentários ao documento apresentado por S.E. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

No encontro com o grupo parlamentar do CDS-PP, apesar do desejo contrário dos membros da delegação do Conselho Permanente, esteve também presente o senhor conselheiro e deputado, Eduardo Moreira.

Encontro com o grupo parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes (PEV)

O penúltimo encontro com os grupos parlamentares esteve reservado ao Partido Ecologista Os Verdes (PEV), tendo a delegação do Conselho Permanente sido recebida pela senhora deputada Heloísa Apolónia.

A parlamentar dos Verdes afirmou conhecer a situação delicada do Conselho das Comunidades, adiantando contudo que o seu grupo era muito pequeno, o que o impede de acompanhar as questões do Conselho mais de perto e lhe retira capacidade de exercer pressão.

Todavia mostrou-se disponível para em conjunto com os outros grupos parlamentares, procurar uma solução rápida que permita ultrapassar as actuais dificuldades, manifestando igualmente alguma estranheza em relação a algumas questões colocadas à consulta dos senhores conselheiros por parte de S.E. o SECP.

Encontro com o grupo parlamentar do Partido Social Democrata (PSD)

O último contacto parlamentar estabelecido pela delegação do Conselho Permanente foi com o grupo parlamentar do Partido Social Democrata (PSD).

Em representação do PSD estiveram o senhor deputado Guilherme Silva, presidente do grupo parlamentar, o senhor deputado Nazaré Pereira, vice-presidente, a senhora deputada Manuela Aguiar, a senhora deputada Eduarda Azevedo, a senhora deputada Teresa Patrício Gouveia, o senhor deputado Carlos Gonçalves e o senhor deputado Eduardo Moreira.

Depois da exposição da situação do Conselho apresentada pelos membros da delegação do CPCP, o senhor deputado Guilherme Silva reconheceu que era da maior importância que o problema fosse rapidamente resolvido, sendo de opinião que uma revisão minimalista da lei permitirá avançar o processo, deixando no entanto em aberto a possibilidade de realização de uma reforma profunda da mesma. O parlamentar social democrata deu instruções ao seu vice-presidente, o senhor deputado Nazaré Pereira, para este articular as questões com o governo, procurando uma consensualização alargada, mas deixando o aviso de que não se pode deixar arrastar o processo, pelo que se não for possível uma solução de consenso, *«temos maioria, avançamos com as nossas opções»*, dando garantias da alteração da lei antes do final da presente legislatura.

A este propósito, o conselheiro Manuel de Melo chamou à atenção do grupo parlamentar do PSD para as questões colocadas por S.E. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, no documento que este submeteu à consulta dos conselheiros, nomeadamente interrogando os parlamentares se não haveria intenção do governo criar um «*Conselho corporativo, metade eleito e metade nomeado*» e referindo-se à hipótese de os funcionários consulares não poderem ser eleitos para o CCP, o conselheiro afirmou que «*não se podem cercear direitos de participação cívica dos cidadãos*», acrescentando também que em Portugal existem mais de uma dúzia de conselhos consultivos e que «*nenhum deles impõe qualquer limitação ou impedimento à participação dos servidores do Estado*».

Em resposta, o senhor deputado Carlos Gonçalves explicou que o documento apresentado pelo Dr. José Cesário se destina apenas a «*levantar questões e não a apresentar soluções*», tendo o senhor deputado Guilherme Silva retorquido que «*não interessa estar agora a criar quaisquer limitações*».

Em aberto ficaram também questões como a de saber se a revisão da lei deve ser de iniciativa parlamentar ou governamental. A este propósito, a senhora deputada Manuela Aguiar, manifestou-se favorável a que a iniciativa da lei pertença ao governo, afirmando que «*foi o governo que criou este imbróglio, deve ser o governo a resolvê-lo*».

ENCONTRO COM A SENHORA DIRECTORA DO GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (GRI) DO MINISTÉRIO DA CULTURA

A delegação do Conselho Permanente viu-se obrigada a proceder a uma alteração do primeiro dia do seu programa, que estava destinado a contactos com S.E. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, tendo preenchido esse dia com contactos com os Ministérios da Cultura e da Educação.

O primeiro dos encontros teve lugar nas instalações do Gabinete das Relações Internacionais (GRI) do Ministério da Cultura, com a directora do mesmo, a Sr.^a Dr.^a Patrícia Salvação Barreto. A delegação do CPCP confrontou a senhora directora com a actual situação crítica que vive a Casa de Portugal "André de Gouveia", em Paris, tendo a responsável esclarecido que o GRI «*não tem vocação para financiar estruturas deste tipo*», pelo que um eventual apoio do Ministério da Cultura à Residência "André de Gouveia" deverá passar por uma «*decisão política*», sugerindo o recurso ao Fundo de Fomento Cultural.

Os membros da delegação do Conselho quiseram também saber como se processavam as iniciativas de carácter cultural, realizadas pelo Ministério da Cultura (MC) no estrangeiro e quais as regras na atribuição de subsídios. Quanto à primeira questão, a senhora Dr.^a Patrícia Salvação Barreto informou que todos os anos era definido um grupo de países-alvo e que depois o MC criava parcerias com entidades locais para a realização de projectos culturais de grande impacto. No que respeita aos subsídios, a

responsável afirmou que não há nenhuma regulamentação específica para a concessão de subsídios, podendo as comunidades portuguesas no estrangeiro apresentar projectos de realização cultural ao GRI, que analisará os mesmos e decidirá de um eventual apoio.

A delegação do Conselho Permanente fez também questão de saber se o GRI poderia apoiar o Folclore português, por intermédio da respectiva Federação Nacional, nomeadamente as deslocações de grupos ao estrangeiro e a aquisição de vestuário, tendo a senhora directora afirmado que o GRI, por norma, não apoia este tipo de manifestação cultural, atendendo ao seu carácter regional, pelo que deverão ser os Municípios Portugueses a conceder os respectivos apoios.

Por último, a delegação do CPCP comprometeu-se a remeter ao GRI uma lista com os contactos de todos os conselheiros do CCP, para que no futuro, estes possam assumir o papel de interlocutores junto do GRI na realização de projectos culturais no estrangeiro.

ENCONTRO COM S.E. O MINISTRO DA EDUCAÇÃO

A fim de abordar as questões relacionadas com o ensino de Português no estrangeiro, a delegação do CPCP avistou-se com S.E. o Ministro da Educação, Dr. David Justino.

Na ocasião, os conselheiros tiveram oportunidade de abordar as matérias pertinentes que envolvem o ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, nomeadamente a questão da transferência da tutela do ensino de Português no estrangeiro para o Instituto Camões, o recrutamento de professores e o papel dos coordenadores gerais de ensino em cada país.

O senhor Ministro da Educação confirmou a intenção do governo em transferir para o Instituto Camões e o Ministério dos Negócios Estrangeiros a tutela do ensino de Português no estrangeiro, afirmando que já tinha dado instruções à senhora Secretária de Estado da Educação para estabelecer contactos nesse sentido com o senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. Todavia, o governante realçou que as questões de âmbito pedagógico, como o concurso dos professores, os programas pedagógicos e o enquadramento dos docentes, continuariam na dependência do Ministério da Educação, cabendo ao Instituto Camões a responsabilidade na gestão deste subsistema de ensino.

O responsável justificou a decisão na necessidade de haver uma única entidade a coordenar todas as questões relacionadas com o ensino de Português no estrangeiro, sendo necessário acabar com as tutelas múltiplas que conduzem a algumas perdas de eficácia.

No que respeita ao recrutamento de professores, o senhor Ministro indicou que, no futuro, será dada prioridade à contratação de professores oriundos das próprias comunidades, jovens luso descendentes que reúnam os critérios necessários, sendo as vagas remanescente submetidas a destacamento de docentes.

Por último, e no que se refere à Residência "André de Gouveia", o senhor Ministro da Educação fez apenas questão em saber quem era a entidade que tem apoiado esta Instituição e quando é que terminará tal apoio, não adiantando mais nada sobre a matéria.

ENCONTRO COM O CHEFE-DE-GABINETE DO SECP

A terminar o périplo de contactos em Lisboa, a delegação do Conselho Permanente encontrou-se, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o chefe de gabinete de S.E. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. Carlos Correia, e com a Dr.^a Romana Vasconcelos, assessora jurídica do SECP.

O encontro serviu para os conselheiros fazerem o ponto de situação dos contactos estabelecidos anteriormente, particularmente com os grupos parlamentares, dando a conhecer ao Dr. Carlos Correia a opinião dos Partidos e a postura por eles assumida no que respeita ao processo de revisão da Lei do Conselho das Comunidades Portuguesas.

A delegação do Conselho Permanente aproveitou também a oportunidade para reiterar, mais uma vez, a necessidade da lei 48/96 ser revista ainda antes do final da presente legislatura, pois só assim será possível a realização de eleições para o Conselho ainda este ano, devendo ser respeitada a principal preocupação do CCP: que as eleições se façam com base nos cadernos de recenseamento eleitoral para as eleições legislativas, por áreas consulares, e se fixem critérios que assegurem a representatividade dos vários países e uma maior aproximação entre eleitos e eleitores.

A este propósito, o Dr. Carlos Correia deu a conhecer aos membros da delegação do CPCP uma carta de S.E. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, que acompanha o documento de consulta sobre matérias da revisão da lei do CCP, que entretanto iria ser enviada a todos os conselheiros, e em que o prazo estabelecido para o envio de respostas foi reduzido para 15 dias, tendo em conta a urgência da revisão da lei. O responsável recordou também as declarações do SECP na Venezuela, em que este afirmou que as eleições para o CCP terão lugar ainda este ano.

A finalizar, a delegação do Conselho abordou mais uma vez a situação crítica da Casa de Portugal "André de Gouveia", em Paris, e apelou à intervenção urgente do Governo no sentido de preservar o futuro e garantir a manutenção desta instituição como a Casa das Comunidades, da Democracia, da Cultura e da Solidariedade, como tem sido até aqui.

O Dr. Carlos Correia prometeu que iria transmitir a S.E. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas as preocupações manifestadas pelos conselheiros.

CONCLUSÕES

Quando o Conselho Permanente, na sua reunião plenária de Março deste ano, tomou a decisão de enviar a Lisboa uma delegação após as eleições legislativas, tinha apenas um único objectivo: desbloquear a actual situação de impasse do Conselho das Comunidades Portuguesas e permitir a realização de eleições para o Conselho durante o ano de 2002.

Tendo em conta este desiderato, parece-nos de todo sensato acreditarmos na boa vontade e disponibilidade manifestada por todos os intervenientes, cujos esforços poderão conduzir, num breve espaço de tempo, a uma alteração da Lei 48/96, que criou o Conselho das Comunidades Portuguesas e permitir a realização de eleições para este órgão consultivo do governo, ainda este ano, num quadro de seriedade, responsabilidade e transparência.

É convicção unânime dos membros que integraram a delegação do Conselho Permanente que os contactos estabelecidos com os grupos parlamentares e com os responsáveis governativos, terão servido para uma melhor sensibilização dos mesmos para a problemática que envolve o Conselho e as Comunidades Portuguesas, e ajudaram ao reforço do estabelecimento de uma plataforma parlamentar consensual cuja acção irá permitir, finalmente, a resolução do problema que anquilosou o Conselho das Comunidades Portuguesas

Lisboa, 13 de Maio de 2002

OS CONSELHEIROS

José Machado (França)
Justino Costa (França)
Fernando Pinhal (Espanha)
Manuel de Melo (Suíça)